

## Identificação da Empresa

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. é uma Entidade Pública Empresarial com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se por estatutos próprios e pela lei aplicável às empresas públicas. Desde 2011, a empresa está reclassificada como uma entidade pública reclassificada (EPR), sendo integrada no perímetro de consolidação da Administração Pública e equiparada a Serviços e Fundos Autónomos.

A Ferconsult, S.A. e a Metrocom, S.A. são empresas detidas integralmente pelo Metropolitano de Lisboa.

As diretrizes do “Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente” do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa estão definidas no “Manual do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente”, aprovado pelo Conselho de Administração<sup>1</sup>, e que inclui a referência da Certificação pela norma NP 4475, a integração da Ferconsult e respetivo ajuste de processo.

Em 2021<sup>2</sup> o Conselho de Administração deliberou aprovar a adoção dos conceitos “Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão” que a seguir se enunciam:

### Propósito

Ser o eixo central da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

### Âmbito

Prestar um Serviço de transporte público de passageiros no modo metropolitano ou noutros sistemas de mobilidade em canal dedicado, onde se insere a gestão global da infraestrutura nomeadamente a conceção, a produção da construção e a exploração, incluindo a exploração de espaços comerciais, orientado para o cliente, em regime de concessão atribuída pelo Estado promovendo a mobilidade sustentável e visando a melhoria da qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

### Princípios de Gestão

As decisões gestionárias tomadas pelo Metropolitano de Lisboa refletem os seguintes princípios de gestão:

- O superior interesse dos nossos clientes.
- As expectativas das diferentes partes interessadas construindo relações duradouras de confiança com os nossos colaboradores, clientes, parceiros e comunidades.
- O desenvolvimento do negócio de forma socialmente responsável e sustentável articulando-se de forma estreita e concertada com os restantes operadores de transporte público.
- A promoção do transporte público e da mobilidade sustentável.
- O rigor, a transparência e o comportamento ético.
- A qualidade e segurança na prestação do serviço com recurso a soluções inovadoras, eficientes e criando valor nas áreas em que atuamos.

---

<sup>1</sup> Deliberação n.º 1625645, de 07 de abril de 2022

<sup>2</sup> Deliberação n.º 1587859, de 16 de setembro de 2021.

## Política de Gestão

O Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente (SGQA) rege-se por um conjunto de pressupostos definidos pelo Conselho de Administração (CA) e baseados nos princípios gerais do ML:

1. A satisfação do cliente como objetivo central – Concebendo e mantendo um serviço de transporte público de passageiros que dê resposta às expectativas e necessidades dos nossos clientes e demais partes interessadas.
2. Uma liderança empenhada e comprometida – Garantindo o alinhamento organizacional aos diversos níveis, definindo uma estratégia e objetivos claros para a organização e acompanhando a consecução desses objetivos.
3. Responsabilidades partilhadas e claramente definidas – Definindo responsabilidades claras aos vários níveis da organização e fornecendo os meios para que as responsabilidades possam ser assumidas.
4. O envolvimento e qualificação das colaboradoras e dos colaboradores – Sensibilizando, qualificando e incentivando as colaboradoras e os colaboradores a participarem ativamente na melhoria dos processos, ao nível da sua eficiência, do seu desempenho ambiental e da mitigação dos riscos associados.
5. A gestão da Organização como um sistema composto por processos interrelacionados – Identificando os processos chave da cadeia de valor, e as suas interações, de forma a garantir a eficiência da gestão.
6. A melhoria contínua do desempenho – Através de um Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA) dotado de mecanismos que permitem monitorizar a eficiência dos processos e o desempenho ambiental incluindo o desempenho energético, divulgar esses dados de forma transparente e identificar e implementar oportunidades de melhoria.
7. A tomada de decisões de forma sustentada – Garantindo que existem dados que permitam que a tomada de decisões seja baseada em factos.
8. O estabelecimento de relações de parceria com fornecedores – Definindo níveis de serviço e boas práticas de qualidade e ambiente, e trabalhando conjuntamente com vista a garantir o seu cumprimento e melhoria contínua com vantagens para ambas as partes.
9. A gestão dos impactes ambientais – Identificando e avaliando os aspetos e impactes ambientais, implementando medidas com vista a minimizar os aspetos ambientais significativos negativos, incluindo os consumos energéticos e maximizando os impactes ambientais positivos.
10. O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis – Identificando os requisitos aplicáveis à Organização (legislação, normas e compromissos assumidos voluntariamente) e definindo medidas com vista a ser assegurado o seu cumprimento e a transposição célere para a organização de novos requisitos.
11. A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado – Procurando em permanência conhecer as melhores práticas e as melhores soluções no mercado, verificar a sua aplicabilidade ao serviço prestado e implementá-las sempre que adequado.

## Carta do Cliente

O Metropolitano de Lisboa tem como principal objetivo melhorar continuamente a qualidade de serviço prestado, de modo a satisfazer as necessidades e responder às expectativas dos clientes, tendo como base uma gestão sustentável.

### A. Declaração de Compromisso

A presente Declaração de Compromisso visa reforçar o diálogo entre a Empresa e os seus Clientes, contribuindo para o bem-estar social.

- **Oferta de serviço de transporte:**

- Fornecer um serviço de qualidade e adequado às expectativas do cliente;
- Contribuir para o reforço da articulação intermodal;
- Implementar horários que correspondam eficazmente à procura existente.

- **Recursos humanos;**

- Assegurar a qualidade dos recursos humanos para que executem o seu serviço de forma competente e profissional, assegurando condições de conforto, qualidade e rigor.

- **Segurança:**

- Promover e aplicar, em permanente colaboração com as forças de autoridade, as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte e na sua utilização, bem como garantir a segurança dos clientes;
- Manter os veículos em bom estado de conservação;
- Assegurar que os equipamentos ao dispor do cliente se encontram em perfeitas condições de funcionamento.

- **Acessibilidades:**

Em colaboração com as entidades competentes assegurar a acessibilidade de todos os clientes mesmo daqueles cuja mobilidade se encontre, por algum modo, reduzida.

- **Regularidade:**

Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações da circulação perturbações do serviço.

- **Sugestões e reclamações:**

- Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações, fazer a sua análise, promover medidas de melhoria e providenciar em tempo útil a respetiva resposta;
- Avaliar periodicamente, através de inquérito específico, o nível de satisfação dos clientes.

- **Informação e apoio ao cliente:**

- Disponibilizar de uma forma perceptível e rigorosa, em espaços próprios e através dos diversos suportes de comunicação com o cliente, a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço;
- Dinamizar a rede de vendas disponibilizando diversas formas e meios para aquisição dos títulos de transporte;

- Disponibilizar canais e espaços próprios que permitam ao cliente resolver situações anómalas ou que pela sua especificidade necessitem de uma análise especializada.
- **Ambiente**
  - Cumprir os requisitos legais quanto a emissões poluentes, contribuindo para a proteção do meio ambiente;
  - Promover e disponibilizar meios que facilitem ao cliente as boas práticas de proteção do ambiente.
- **Limpeza e conservação:**
  - Garantir que as estações, os veículos e os equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza.

## **B. Deveres do Cliente**

A colaboração dos clientes é fundamental para atingir os índices de qualidade propostos. Neste sentido, a utilização do ML deve ser efetuada respeitando regras simples, que permitirão uma melhor qualidade do serviço prestado, com benefícios para todos. Assim, os clientes devem:

1. Viajar com título de transporte válido e apresentá-lo aos agentes ao serviço da empresa sempre que for solicitado;
2. Validar sempre o título de transporte, se não o fizer, o cliente incorre numa situação de transgressão (Lei n.º 28/2006, de 4 de julho, com alterações introduzidas pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro);
3. Não fumar nas instalações e no interior dos veículos, se o fizer, o cliente incorre em infração prevista e punida por lei (Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto art.º 4 n.º1 alínea u);
4. Respeitar as normas existentes relativas ao transporte de animais (Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro, Portaria n.º 968/2009, de 26 de agosto e Portaria n.º 422/2004, de 24 de abril), bicicletas e outros objetos particulares, que, pelo seu volume ou conteúdo, possam causar incómodo ou constituir perigo;
5. Utilizar os equipamentos de forma adequada;
6. Respeitar o sinal de fecho de portas e os avisos de segurança;
7. Colaborar com os clientes prioritários e de mobilidade reduzida sempre que necessário e respeitar os lugares que lhes são destinados;
8. Ajudar a manter os locais de espera e veículos limpos, utilizando os recipientes existentes para a recolha de lixo;
9. Evitar produzir ruído que possa incomodar os outros passageiros;
10. Alertar os agentes ao serviço da empresa para a existência de alguma situação anómala ou perigosa.

Em síntese, o cliente deve comportar-se de um modo responsável e cumpridor, seja em relação a outros clientes, ou aos agentes ao serviço da empresa, respeitando sempre as indicações que estes transmitam.

## Modelo Organizacional

O Metropolitano de Lisboa e as empresas suas participadas têm continuado a dar cumprimento à missão e aos objetivos que lhes estão determinados, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficientes, conforme evidenciarão os relatórios de gestão e de sustentabilidade referentes a 2024.

O Metropolitano de Lisboa definiu os seguintes objetivos estratégicos que devem servir de orientação para toda a atividade desenvolvida pela empresa e empresas subsidiárias:

- Promover e desenvolver a mobilidade urbana através da utilização do transporte público;
- Melhorar os níveis de serviço prestados ao Cliente;
- Reforço da vertente Inovação;
- Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente;
- Promover a sustentabilidade ambiental e energética;
- Assegurar o equilíbrio financeiro da Empresa;
- Assegurar o bem-estar e motivação dos colaboradores.

No que respeita aos princípios de legalidade e ética empresarial refere-se que o Metropolitano de Lisboa rege-se por um código de ética e conduta, assumindo como **Princípios Estruturantes** da sua atividade no plano social, cultural, ético e de desenvolvimento sustentável, os valores e compromissos do Pacto Mundial das Nações Unidas (Global Compact), os seguintes compromissos:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores;
- Erradicação de todas as formas de exploração (trabalho forçado e trabalho infantil);
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Luta contra todas as formas de corrupção;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

## Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do ML

O Metropolitano de Lisboa centra a sua responsabilidade social na promoção da mobilidade dos cidadãos da área Metropolitana de Lisboa. Neste sentido, tem vindo a promover a integração sucessiva com os restantes operadores de transporte, com vista a contribuir para a intermodalidade e complementaridade da rede de transportes.

O compromisso público com os clientes, quer no que respeita aos deveres do ML, quer às obrigações destes para com a Empresa, encontra-se formalizado na Carta do Cliente afixada na totalidade das estações e carruagens do Metropolitano de Lisboa, para além de poderem ser consultados no sítio da empresa.

Complementarmente, no ano de 2024 o Metropolitano de Lisboa desenvolveu e consolidou uma política de responsabilidade social que procurou responder aos desafios sociais das pessoas, da empresa e da sociedade, potenciando e dinamizando atividades com impacto positivo na dimensão da sustentabilidade social, quer na vertente interna quer externa.

## Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

Enquanto Empresa socialmente responsável e vocacionada para a promoção da Sustentabilidade, a sua atuação centrou-se no compromisso para com quatro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e respetivas metas:



Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas;



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;



Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos;





Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

## Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos da Empresa prendem-se com a promoção da mobilidade sustentável, reforçando o uso do transporte público em geral e do Metropolitano de Lisboa enquanto solução de mobilidade, a recuperação de intervenções de manutenção no material circulante e na infraestrutura minimizando o risco de avarias, a expansão da rede através da criação de uma linha circular no centro urbano e a melhoria do desempenho ambiental nomeadamente ao nível da gestão dos recursos naturais.

Apresentam-se de seguida os objetivos estratégicos que devem servir de orientação para toda a atividade desenvolvida pela Empresa e empresas subsidiárias:

Promover e desenvolver a mobilidade urbana através da utilização do transporte público	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria pontual da oferta, nomeadamente com horários e frequências adequados à procura;</li> <li>Melhoria contínua da regularidade e fiabilidade do serviço prestado;</li> <li>Procura e implementação de novas soluções que deem resposta a novas necessidades dos clientes.</li> </ul>
Melhorar os níveis de serviço prestados ao Cliente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de novos sistemas de pagamento do título de transporte facilitando e simplificando a sua utilização;</li> <li>Melhoria das acessibilidades, aumentando o número de estações de plena acessibilidade;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da limpeza de estações e comboios;</li> <li>• Melhoria e inovação nos sistemas de informação ao cliente;</li> <li>• Melhoria da qualidade da oferta e da qualidade dos espaços comerciais existentes nas estações.</li> </ul>
<p>Reforço da vertente Inovação</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço de uma estratégia de inovação, adotando metodologias características da inovação no desenho de novas soluções e na implementação de projetos, envolvendo toda a comunidade do ML;</li> <li>• Desenvolvimento de parcerias para a inovação com outras entidades, como fornecedores, universidades, centros tecnológicos, associações, entre outros, através da criação de parcerias em projetos de IDI, promovendo a criação de valor para todas as partes envolvidas;</li> <li>• Estabelecimento de metodologias sistemáticas de vigilância tecnológica, de <i>benchmarking</i> e de análise de tendências que assegure a existência de conhecimento atualizado sobre as melhores práticas e tendências no setor;</li> <li>• Promoção de uma cultura de inovação com dinâmicas de trabalho colaborativo.</li> </ul>
<p>Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Linha Circular – Prolongamento Rato/Cais do Sodré;</li> <li>• Expansão da linha Vermelha – Prolongamento S. Sebastião/Alcântara;</li> <li>• Projeto de modernização do sistema de sinalização e do material circulante: linhas Azul, Amarela e Verde;</li> <li>• Metro Ligeiro de Superfície Loures/Odivelas (Linha Violeta);</li> <li>• Aquisição de máquina esmeriladora;</li> <li>• Remodelação da estação Cais do Sodré;</li> <li>• Plano de Promoção de Acessibilidade (PNPA);</li> <li>• Renovação de Sistema de Conforto (escadas mecânicas, tapetes rolantes e elevadores);</li> <li>• Renovação de sistema vídeo e comunicação + SADI nas carruagens (ML90, ML95, ML97 e ML99);</li> <li>• Beneficiação geral das portas das frotas ML95, ML97 e ML99;</li> <li>• Sistema de informação ao Cliente;</li> <li>• Upgrade tecnológico do sistema de acionamento de portas da série ML90;</li> <li>• Torno rodas PMO III + sistema de medida automática de rodas;</li> <li>• Remodelação geral de máquinas automáticas de venda de títulos de transporte (MAVT)</li> <li>• Aquisição de 24 Unidades Triplas;</li> <li>• Instalação de uma Central Fotovoltaica nas vias de garagem do PMO II;</li> <li>• Remodelação da estação Marquês de Pombal.</li> </ul>

Promover a sustentabilidade ambiental



- Substituição na totalidade das suas estações de sistemas tradicionais de iluminação por sistemas LED;
- Implementação de uma central fotovoltaica nas instalações do PMO II;
- Melhoria da eficiência energética através de alterações tecnológicas e comportamentais;
- Redução do consumo de recursos naturais, nomeadamente eletricidade, gás, água e papel.

Assegurar o equilíbrio da Empresa



- Assinatura de aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público que clarifique a situação dos ativos ILD, a gestão dos ativos e a forma de remuneração do ML;
- Resolução de situações de dívidas existentes;
- Rentabilização dos ativos não operacionais, nomeadamente, do atual PMO I;
- Procurar o aumento da receita tarifária e não tarifária.

Assegurar o bem-estar e motivação dos trabalhadores

- Reforço das competências, alinhamento e motivação por via da formação e da comunicação interna;
- Reforço do quadro de pessoal e início da renovação dos quadros do ML;
- Melhoria das condições de trabalho;
- Implementação do plano para a igualdade de género.

## Obrigações de Serviço Público

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. tem como objetivo manter e desenvolver o funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes.

O ML presta um serviço público orientado para o cliente promovendo a mobilidade sustentável e a celeridade.

## Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

### 1. Identificação do contrato de prestação de serviço público

A concessão atribuída ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E, remonta a 25 de julho de 1949, data em que foi celebrado o contrato para instalação e exploração, em regime de exclusivo, de um sistema de transporte coletivo subterrâneo na cidade de Lisboa, com um prazo de 75 anos, vigorando até 1 de julho de 2024.

Em 23 de março de 2015 foi celebrado um novo contrato de concessão entre o Estado Português e o ML, no âmbito da unificação do quadro jurídico do serviço público de transporte por metropolitano, conforme o Decreto-Lei n.º 175/2014. Este contrato englobava os direitos e deveres do concessionário e incluía a universalidade dos bens afetos à concessão, especialmente os ativos contabilizados a 31 de dezembro de 2014.



Contudo, ao longo dos anos, tornou-se evidente a necessidade de atualizar o contrato de 2015, que se revelou desadequado da Concessão, nomeadamente:

- No regime aplicável ao investimento e financiamento das Infraestruturas Ferroviárias e do Material Circulante;
- Na inexistência de um mecanismo de monitorização do contrato que fosse ao encontro das exigências estabelecidas na legislação europeia e nacional aplicável;
- Na premência de prorrogação do prazo da concessão, dado o planeamento estratégico do acionista ao nível do plano de investimentos do ML, salientando-se os projetos de expansão da rede.

Face a esta realidade, e à importância estratégica da continuidade dos investimentos planeados, o Estado Português e o ML celebraram, em 27 de março de 2024, um Aditamento ao Contrato de Concessão, prorrogando o prazo de vigência da concessão até 1 de julho de 2030. O Tribunal de Contas concedeu o respetivo visto prévio em 15 de julho de 2024, validando juridicamente a sua entrada em vigor.

O aditamento introduziu alterações significativas no modelo de remuneração do concessionário, com o objetivo de garantir maior previsibilidade, eficiência e equidade na compensação pelos serviços prestados. A remuneração do Concessionário compreende as seguintes componentes:

- Receitas tarifárias, provenientes diretamente dos utilizadores do serviço;
- Receitas não tarifárias, como publicidade, concessões comerciais, entre outras;
- Compensação por Obrigações de Serviço Público (COSP);
- Remunerações autónomas, destinadas a compensar atividades realizadas por conta do Estado (como investimentos, grandes reparações, serviço da dívida e derivados, benefícios pós-emprego), as quais apenas produzem efeitos financeiros após aprovação expressa do Concedente, nos termos legais.

O novo enquadramento contratual impõe também a obrigatoriedade da produção periódica de relatórios de monitorização do desempenho do ML – nomeadamente, o Relatório Trimestral da Eficácia do Cumprimento Contratual e o Relatório Anual do Cumprimento Contratual – reforçando os mecanismos de controlo e transparência. A submissão do Relatório Anual do Cumprimento Contratual, poderá ainda implicar a revisão dos valores de eficácia, que em conformidade com o definido na cláusula 33.1 “sem prejuízo de outros mecanismos de monitorização previstos no Contrato, tais como o grau de cumprimento das obrigações contratuais, a monitorização do desempenho do Metropolitano ou das entidades que atuem sobre a sua orientação ou por sua conta, incluindo subcontratados, deve ser feita em conformidade com os Indicadores constantes do Anexo 5, com as modificações que venham a resultar da sua revisão”, podendo resultar numa variação do valor das penalidades a incluir no resultado da COSP para 2024, de acordo com a data legal de aplicabilidades do Aditamento ao Contrato de Concessão de 2015.

Em suma, o aditamento ao contrato de concessão do ML representa um passo decisivo na modernização do serviço público de transporte, garantindo estabilidade contratual, sustentabilidade financeira e rigor na avaliação do desempenho, em consonância com os objetivos de mobilidade urbana sustentável da cidade e da Área Metropolitana de Lisboa.

## 2. Propostas de contratualização da prestação de serviço público

Sendo o Metropolitano de Lisboa uma entidade pública empresarial cuja relação jurídica se encontra titulada por um contrato de concessão e pelo regime jurídico aplicável ao Metropolitano de Lisboa

constante do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, nos quais se encontram reguladas as matérias atinentes à prestação de serviço público, encontra-se por este facto esta Empresa excecionada da previsão do n.º 1 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, não lhe sendo como tal aplicável o disposto neste ponto.

## Modelo de Financiamento Subjacente à Prestação de Serviço Público

O ML em função do Serviço Público que desempenha tem como fonte de financiamento os subsídios à exploração e as indemnizações compensatórias, como forma de ressarcimento, para além da receita direta de bilheteira.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2024, de 18 de dezembro – Autoriza a atribuição de indemnizações compensatórias no âmbito do passe [sub23@superior.tp](mailto:sub23@superior.tp) e do passe Social +, atribuídas às empresas prestadoras de serviço público, aprovadas no Orçamento do Estado para 2024 (Lei n.º 82/2023<sup>3</sup>, de 29 de dezembro). Neste sentido, o Estado atribuiu ao ML a verba de 547.000,00 € para compensar o passe Social +.

O Decreto-Lei n.º 1-A/2020, de 3 de janeiro veio dar continuidade, a partir de janeiro de 2020, ao Programa de Apoio à Redução do Tarifária (PART)<sup>4</sup> nos transportes públicos coletivos de passageiros, revogando o anterior Despacho n.º 1234-A/2019, de 31 de janeiro. Para obviar o decréscimo da receita, pela alteração tarifária ocorrida em abril de 2019, (Regulamento n.º 278-A/2019), a AML assegurou verbas a título de pagamento por conta. Em 2024, o valor atribuído ao ML por conta do Pagamento por Conta (PART) na Área Metropolitana de Lisboa (AML) foi de €4,9 milhões de euros.

[https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2025/07/RGS2024\\_2025\\_06\\_26\\_vf\\_signed.pdf](https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2025/07/RGS2024_2025_06_26_vf_signed.pdf)

Data de atualização: 30.09.2025

Fontes: Relatório de Governo Societário 2024 (*versão aprovada em reunião do CA de 27.06.2025*); Relatório Consolidado 2024 (*versão não conforme com ESEF de 27.06.2025*)

---

<sup>3</sup> O Orçamento do Estado para 2024 contempla dotações para indemnizações compensatórias a atribuir a empresas que prestam serviço público, designadamente de transporte de passageiros, cuja autorização máxima de despesa se torna necessário definir por resolução de conselho de ministros, de acordo com o disposto no artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2024.

<sup>4</sup> É um programa de financiamento das autoridades de transporte para a implementação e desenvolvimento de medidas de apoio à redução tarifária nos sistemas de transporte público coletivo de passageiros, bem como, para o aumento da oferta de serviço e a expansão da rede.